

Projeto		Situação
PEC 287/2016	Institui a contrarreforma da Previdência	Discussão do relatório na Comissão Especial que analisa a PEC 287. Votação na comissão prevista para o dia 4/5.
PL 6840/2013	Reformulação do ensino médio e torna obrigatório o Enem	Aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados desde agosto de 2016.
PL 6787/2016	Contrarreforma Trabalhista altera regras de contratos temporários de trabalho e prioriza o negociado sobre o legislado em relação a alguns direitos.	Aprovado na Câmara dos Deputados no dia 27/4. Enviado ao Senado Federal.
PLP 343/17	Propõe alterações no projeto de ajuste fiscal nos estados e no Distrito Federal. Prevê uma série de contrapartidas dos estados que aderirem ao regime, como congelamento de salários de servidores, privatizações e redução de incentivos tributários.	Os deputados estão na fase de votação dos destaques ao texto. O projeto, tramita em regime de urgência, está na pauta desta terça, 2 de maio. O texto-base foi aprovado no dia 18 de abril.
PLS 204/2016	Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação / "Legaliza" o esquema ilegal de geração de dívida pública brasileira	Matéria com o relator, Romero Jucá, na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado desde o dia 29/3/17.
PLP 181/2015	Dispõe sobre cessão de créditos da dívida ativa consolidada a instituições financeiras / "Legaliza" o esquema ilegal de geração de dívida pública brasileira	Aguardando parecer do relator, dep. Antonio Bulhões, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da CD desde o dia 26/4/17.
PL 3337/2015	Dispõe sobre a cessão de créditos da Dívida Ativa da União a pessoas jurídicas de direito privado e dá outras providências / "Legaliza" o esquema ilegal de geração de dívida pública brasileira	Aguardando Parecer Alfredo Kaefer (PSL-PR) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
PLS 193/2016	Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".	Matéria com o relator Cristovam Buarque desde o dia 3/6/2016. O projeto encontra-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).
PEC 36/16	Autoriza distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. / Reforma Política	Encontra-se na Assessoria Técnica do Senado desde dezembro de 2016.
PL 2289/2007	Disciplina a aquisição e o arrendamento de imóvel rural, por pessoas estrangeiras, em todo o território nacional. Regulamenta a Constituição Federal de 88. Revoga a Lei nº 5.709/71.	Pronta para Pauta no plenário. Apensando a ele, o PL 6379/2016.
*PEC 93/2007	Propõe a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios. O parecer do relator, publicado no dia 5/05/16, é pela inadmissibilidade da PEC 143.	Em maio de 2016, o parecer do relator na CCJC na Câmara, Marcos Rogério (DEM-RO) foi pela admissibilidade. E pela inadmissibilidade da PEC 143/15 apensada a esta.
PLP 413/2014	Estabelece o Plano Nacional de Educação	Pronta para pauta na Comissão de Educação (CE) da Câmara.

<b>PL 7552/2014</b>	Institui residência pedagógica para os professores da educação básica.	Encontra-se na Comissão de Educação da Câmara com a relatora Keiko Ota (PSB-SP) desde maio de 2016. Apensado a ele PL 5054/16.
<b>*PL 7180/2014</b>	Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.	Aguardando parecer do relator na Comissão Especial, deputado Flavinho (PSB-SP). Apensados a ele: PL 7181/2014 PL 867/2015, PL 6005/2016, PL 1859/2015, PL 5487/2016.
<b>PLP 268/2016</b>	Altera a Lei Complementar nº 108/2001, que reduz a representação dos trabalhadores nos fundos de pensão.	Pronto para pauta no plenário desde 11/07/16.
<b>PLC 30/2015 (ex-4330)</b>	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Aguardando designação do relator na CAE do Senado desde 30 de março. O PLC 30 tramita com os *PLS 87/2010 e 447/2011.
<b>*PLS 87/2010</b>	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	Tramitando com o PLC 30/2015.
<b>PLS 339/16</b>	Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.	Aguardando designação do relator na CAE. Tramitando com o PLC 30/2015.
<b>PLS 300/2015</b>	Regula os contratos de terceirização de mão de obra e as relações de trabalho deles decorrentes.	Tramitando com o PLC 30/2015.
<b>PL 2723/15</b>	Autoriza o trabalho fora das dependências físicas do órgão ou entidade público, apenas quando seja possível adotar sistemas de produção mensuráveis e mecanismos de controle do trabalho (home office).	Encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Parecer do relator Lucas Vergilio (SD-GO) foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa em dezembro de 2016.
<b>PL 4643/2012</b>	Cria Fundo Patrimonial nas IFE	Aguardando parecer da relatora Soraya Santos (PMDB-RJ) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) desde 30/11/2016.
<b>PLS 432/2013</b>	Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo.	Aguardando inclusão e votação do requerimento para o PLS tramitar em conjunto com o PLC nº 169, de 2009, desde 30/3/17.
<b>PLS 379/13</b>	Propõe mudanças na escolha de dirigentes nas IFE.	Aguardando inclusão de requerimento na Ordem do Dia, desde abril de 2017, para apreciação de substitutivo
<b>PLS 397/15</b>	Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do DF e Municípios.	Projeto remetido à Câmara dos Deputados no dia 3/12/2015 para revisão.
<b>PLS 327/14</b>	Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.	Aguardando Leitura de Requerimento de tramitação conjunta, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação em conjunto do PLS nº 710, de 2011.
<b>PLS 513/2007</b>	Dispõe sobre o exercício do direito de	Na Comissão de Constituição, Justiça e

	greve	Cidadania (CCJC). Matéria com a relatora, Vanessa Grazziotin, desde 1/7/2016.
<b>PLS 444/2013</b>	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços e normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.	<b>Matéria na CAE, com o relator, senador Romero Jucá, desde 23 de março de 2017.</b>
<b>PLS 513/11</b>	Dispõe sobre a contratação de parceria público privada	Matéria na CCJ do Senado com o relator Paulo Paim desde novembro de 2016.
<b>PLP 92/2007</b>	Define as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público.	Pronta para pauta no plenário desde 2013.
<b>PEC 271/2013</b>	Dispõe sobre a isonomia de benefícios dos servidores.	Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara desde 7/6/2016.
<b>PL 4372/2012</b>	Cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes)	O parecer do relator Alessandro Molon, na CCJC, é pela aprovação. Pronta para pauta no plenário.
<b>PEC 10/2014</b>	Cria o Sistema Único de Educação Superior Pública, formado pelas instituições públicas de ensino superior.	Matéria aguardando a designação do relator desde março de 2015.
<b>PEC 171/1993</b>	Redução da maioria penal	Votada na Câmara e aguardando apreciação pelo Senado Federal desde agosto de 2015.
<b>PEC 215/2000</b>	Transfere ao Congresso o poder de decisão na demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas e a ratificação das demarcações já homologadas.	Pronta para pauta no plenário desde novembro de 2015.
<b>PLS 782/2015</b>	Estudantes de universidades públicas com renda familiar superior a 30 salários mínimos (R\$ 26,4 mil) poderão passar a pagar anuidade escolar.	Na CCJ do Senado e aguardando a designação do relator desde março de 2016.
<b>PEC 451/2014</b>	Inclui como garantia fundamental, plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício, na utilização dos serviços de assistência médica.	Encontra-se na CCJC da Câmara e aguardando parecer do relator, Alceu Moreira, desde março de 2015.
<b>PEC 555/2006</b>	Acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados.	<b>Dia 8.2.2017 foi apresentado um requerimento para a inclusão do projeto na Ordem do Dia no plenário da Câmara.</b>
<b>PLS 518/2009</b>	Transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base e transfere do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia.	Aguardando a designação do relator desde março de 2015 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado.
<b>PL 5069/2013</b>	Altera a forma do atendimento das vítimas de violência sexual.	Pronta para pauta no plenário.
<b>PL 313/2007</b>	Trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Oferta de métodos de contracepção reversíveis e irreversíveis.	Aguardando parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Apensados a ele, o PL 882/2015, políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos; PL 14/2015, PL 4909/2016, PL 718/2015, PL

		891/2015 , PL 917/2015 ; PL 3233/2015 etc.
<b>PL 6583/2013</b>	Dispõe sobre o Estatuto da Família.	Aguardando deliberação do recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados desde novembro de 2015. Apensado a ele: PL 6584/2013
<b>PL 478/2007</b>	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro.	Aguardando parecer do relator, Marcos Rogério (PDT-RO), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) desde junho de 2015. Apensados a ele: PL 489/2007 , PL 3748/2008, PL 1763/2007, PL 1085/2011, PL 8116/2014.
<b>PL 1545/2011</b>	Penaliza o médico que interromper a gravidez fora das hipóteses existentes na lei atual.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apensados a ele: PL 6115/2013, PL 3983/2015.
<b>PEC 51/2012</b>	Institui a desvinculação de receitas dos Estados e do Distrito Federal	Aguardando designação do relator desde março de 2015.